

ATENÇÃO: Prova Prático-Profissional (Subjetiva) - 12 de maio de 2002, das 9 às 13 horas, devendo os aprovados comparecerem às 8 horas portando caneta azul ou preta e material de consulta, conforme edital.

Prova Objetiva - I EXAME DE ORDEM / 2002
7.4.02

ÉTICA, ESTATUTO E REGULAMENTO DA OAB

Violação de segredo profissional - art. 154 do Código Penal: “Revelar alguém, sem justa causa, segredo de que tem ciência em razão de função, ministério ou profissão...”.

Um advogado foi condenado na sanção prevista no artigo acima por ter sido considerado culpado da acusação de violar sigilo profissional injustificadamente. O juiz, prolator da sentença, encaminhou à OAB/DF cópia de sua sentença para as devidas providências disciplinares.

As perguntas abaixo dizem respeito ao problema acima:

1. Considerando que o processo criminal tramitou em Brasília e que a inscrição principal do advogado é em Tocantins, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **correta**:

I - A OAB/DF é incompetente para julgar o caso.

II - O relator da fase de instrução se manifestará pelo indeferimento liminar da representação, por entender que o juiz, ao encaminhar o ofício, não representou contra o advogado.

III - O Tribunal de Ética da OAB/DF é competente para suspender preventivamente o advogado.

IV - O Tribunal de Ética da OAB/DF é competente para julgar o advogado.

- a Todas as proposições anteriores estão certas.
- b Todas as proposições anteriores estão erradas.
- c Somente as proposições I e III estão erradas.
- d As alternativas “a”, “b” e “c” estão erradas.

1. O parecer preliminar sugeriu que o advogado infringiu o inciso VII do art. 34 do Estatuto, cuja dicção é a seguinte: “*caput* - Constitui infração disciplinar: ... inciso VII - violar, sem justa causa, sigilo profissional”. Qual será a sanção principal a que o advogado estará sujeito se for condenado? Assinale a alternativa **correta**:

- a Censura.
- b Suspensão.
- c Exclusão.
- d Multa.

1. Considerando que o advogado foi punido e que, após um ano de cumprimento da pena, ele requereu sua reabilitação, assinale a alternativa **certa**:

- a Será deferida.
 - b Não será deferida independentemente de condição.
 - c Somente será deferida se houver a reabilitação criminal.
 - d Somente será deferida após 02 anos.
1. Considerando que o Tribunal de Ética condenou o advogado e ele recorreu. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **correta**:
- I - O recurso será recebido no efeito suspensivo.
 - II - O recurso foi encaminhando, corretamente, ao Conselho Seccional ao qual pertence o Tribunal de Ética que julgou o caso do advogado.
 - III - Será designado um Relator do Conselho Pleno para instruir e dar o voto no recurso.
 - IV - O quorum da sessão que julgar o recurso será o de maioria simples, desde que haja quorum para instalação da sessão.
- a Todas as proposições estão erradas.
 - b Somente as proposições II e IV estão erradas.
 - c Somente a proposição IV esta certa.
 - d Todas as proposições estão corretas.

As próximas perguntas **não** se referem à situação problema acima.

1. Assinale a alternativa que responde corretamente à seguinte indagação: Qual **Órgão** da OAB organiza o Exame de Ordem?
- a Banca do Exame de Ordem.
 - b Comissão de Estágio e Exame de Ordem do Conselho Seccional respectivo.
 - c Conselho Federal.
 - d Nenhuma alternativa está correta.
1. A quem cabe fixar o calendário anual do Exame de Ordem?
- a Ao Conselho Federal.
 - b À Comissão de Estágio e Exame de Ordem da respectiva Seccional.
 - c À Diretoria do Conselho Seccional.
 - d Todas as alternativas estão corretas.
1. Assinale a alternativa **correta**.
- a É defeso ao advogado expor os fatos em Juízo falseando deliberadamente a verdade ou estribando-se em má-fé.
 - b O exercício da advocacia é compatível com qualquer procedimento de mercantilização.
 - c É permitido ao advogado o oferecimento de serviços profissionais que impliquem em inculcação.
 - d Nenhuma alternativa está errada.
1. A Diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados de uma determinada Seccional deixa de elaborar o balanço anual de suas contas de um determinado exercício. O Presidente da Seccional suspeita de fraude na aplicação das verbas e solicita à sua

diretoria que investigue o caso. Como conclusão dessa investigação, há uma forte suspeita de má aplicação da verba. A diretoria da Seccional resolve, então, propor ao Conselho a intervenção na Caixa de Assistência dos Advogados. Assinale a alternativa **correta**:

- a A Seccional não pode intervir porque a aprovação do balanço anual é de competência exclusiva da Caixa de Assistência dos Advogados.
 - b A Seccional pode intervir, desde que 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Seccional respectivo votem nesse sentido.
 - c A Diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados que sofreu a intervenção continua exercendo as funções durante a intervenção.
 - d Nenhuma das alternativas está correta.
1. O indeferimento liminar de uma representação disciplinar feita contra um advogado, segundo o Estatuto, deve ser decidido pelo:
- a Relator da Instrução.
 - b Revisor.
 - c Presidente do Conselho Seccional competente.
 - d Presidente do respectivo Tribunal de Ética.
1. Considerando que o exercício da advocacia tem a dupla característica de ser uma função pública e um ministério privado, indaga-se: Qual das duas características deverá prevalecer na hipótese de colidência entre elas?
- a Nenhuma.
 - b Ministério Privado.
 - c Função Pública.
 - d Depende da necessidade do advogado.

PROCESSO CIVIL / DIREITO CIVIL

1. Assinale a opção **correta**:
- a A lei começa a vigorar a partir da data de sua publicação, se outro prazo não for assinalado.
 - b As correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova, por se tratar de erro material.
 - c Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que foi celebrado, mesmo que pendente de condição suspensiva, que verificada produzirá o efeito perseguido ou pretendido.
 - d Ao ingressar no mundo jurídico, a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga e modifica a anterior mesmo que não declare expressamente.
1. Destaque a afirmação **correta**:

- a São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: os menores de dezesseis anos; os loucos de todo o gênero; os surdos-mudos, que não puderem exprimir a sua vontade; e os silvícolas.
- b Entre as hipóteses de cessação, para os menores, da incapacidade se insere aquela decorrente do exercício de emprego público ou privado.
- c O domicílio dos oficiais e tripulantes da marinha mercante é o lugar da base em que sirvam.
- d Consideram-se bens imóveis para os efeitos legais: os direitos reais sobre imóveis, inclusive o penhor agrícola, e as ações que os asseguram; as apólices da dívida pública oneradas com a cláusula de inalienabilidade; e o direito à sucessão aberta.

1. Encontra-se **errada** a letra:

- a As benfeitorias podem ser voluptuárias (as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual da coisa, ainda que a tornem mais agradável ou sejam de elevado valor), úteis (as que aumentam ou facilitam o uso da coisa) ou necessárias (as que têm por fim conservar a coisa ou evitar que se deteriore), sendo que não se consideram benfeitorias os melhoramentos sobrevindos à coisa sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
- b Chama-se deferido o direito futuro, quando sua aquisição pende somente do arbítrio do sujeito; não deferido, quando se subordina a fatos ou condições fálveis.
- c Se o ato doloso teve o concurso de ambas as partes, nenhuma delas pode invocá-lo, para anulá-lo ou reclamar indenização.
- d A ordem jurídica contempla a condição resolutiva expressa da obrigação, vedando-se a condição resolutiva tácita da obrigação.

1. Marque a opção **certa**:

- a Não constituem atos ilícitos: os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido; e a deterioração ou destruição da coisa alheia, a fim de remover perigo iminente, situação em que se reputará o ato legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, ainda que se excedam um pouco os limites do indispensável para a remoção do perigo.
- b Em nome da garantia e segurança das relações jurídicas, a prescrição é renunciável, podendo ser expressa ou tácita.
- c O juiz pode conhecer da prescrição de direitos patrimoniais, se não for invocada pelas partes, em face ao interesse público em pacificar os conflitos, que são suscitados tardiamente e fora dos prazos legais.
- d Por defeito de idade anular-se-á o casamento de que resulte gravidez.

1. Escolha a opção **correta**:

- (a) No regime de comunhão parcial ou limitada, não se comunicam: os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que sobrevierem, na constância do matrimônio, por doação ou por sucessão; os adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges, em sub-rogação dos bens particulares; os rendimentos de bens de filhos anteriores ao matrimônio, a que tenha direito qualquer dos cônjuges em consequência do pátrio poder; os demais bens que se consideram também excluídos da comunhão universal.
- (b) O adultério da mulher, com quem o marido vivia sob o mesmo teto, ilide a presunção

legal da legitimidade da prole.

- (c) Sujeitam-se à curatela: os loucos de todo o gênero; os surdos-mudos, sem educação que os habilite a enunciar precisamente a sua vontade; e os pródigos. A interdição pode ser promovida pelo pai, mãe, tutor, cônjuge, parente próximo, Ministério Público ou qualquer interessado, na condição de credor .
 - (d) O casamento válido se dissolve pela morte de um dos cônjuges ou pela separação judicial, transitada em julgado.
1. Assinale a alternativa **errada**:

- (a) A criança e o adolescente têm direito à liberdade, que compreende o seguinte: ir, vir e estar em logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; opinião e expressão; crença e culto religioso; brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; participar da vida política, na forma da lei; e buscar refúgio, auxílio e orientação.
- (b) Em relação aos direitos autorais, é correto afirmar-se que são direitos morais do autor: o de reivindicar, a qualquer tempo, a paternidade da obra; o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o autor, na utilização da obra; o de conservá-la inédita; o de assegurar-lhe a integridade, opondo-se a quaisquer modificações, ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la, ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra; o de modificá-la, antes ou depois de utilizá-la; e o de retirá-la de circulação, ou de lhe suspender qualquer forma de utilização já autorizada.
- (c) Em caso de separação de fato, separação judicial, divórcio ou dissolução da sociedade concubinária, a locação prosseguirá com o cônjuge ou companheiro que permanecer no imóvel, a quem cabe comunicar, por escrito, a sub-rogação ao locador, que terá o direito de exigir, no prazo de trinta dias, a substituição do fiador ou o oferecimento de qualquer das garantias previstas na lei de locação, desde que não configure a existência de mais de uma modalidade de garantia.
- (d) Serão registrados no Registro Civil de Pessoas Naturais: os nascimentos; os casamentos; os óbitos, as alterações ou abreviaturas de nomes, as emancipações, as interdições, as sentenças declaratórias de ausência, as opções de nacionalidade, as sentenças que deferirem a legitimação adotiva.

1. Em relação à proteção e defesa do consumidor, sublinhe a opção **correta**:

- (a) O fornecedor de serviços, incluindo os profissionais liberais, responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à execução dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- (b) Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, situação mediante a qual a lei autoriza o consumidor a exigir duas das seguintes alternativas: 1) abatimento proporcional do preço; 2) complementação do peso ou medida; 3) a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios; e 4) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

- (c) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, caduca em sessenta dias, em se tratando de fornecimento de serviço e de produto não duráveis; em noventa dias, na hipótese de fornecimento de serviço e de produto duráveis.
- (d) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete dias, a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

1. Defina a proposta que se apresenta com erro:

- (a) Os direito reais sobre coisas móveis, quando constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, só se adquirem com a tradição.
- (b) A enfiteuse extingue-se: pela natural deterioração do prédio aforado, quando chegue a não valer o capital correspondente ao foro e mais um quinto deste; pelo comisso, deixando o foreiro de pagar as pensões devidas, por três anos consecutivos, caso em que o senhorio o indenizará das benfeitorias necessárias; e falecendo o enfiteuta, sem herdeiros, salvo o direito dos credores.
- (c) As crias dos animais pertencem ao usufrutuário, deduzidas quantas bastem, para inteirar as cabeças de gado existentes ao começar o usufruto.
- (d) O domínio presume-se exclusivo e limitado, até prova em contrário.

1. Assinale a opção **certa**:

- (a) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- (b) A solidariedade resulta de lei ou da vontade das partes, se presumindo nas obrigações alternativas.
- (c) A cláusula penal, estipulada conjuntamente com a obrigação ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.
- (d) Nas obrigações negativas, o devedor fica constituído em mora na data em que for notificado que não deveria ter praticado o ato.

1. Marque a resposta **correta**:

- a Pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- b Uma das hipótese em que pode o adquirente demandar pela evicção é aquela em que for privado da coisa, não pelos meios judiciais, mas por caso fortuito, força maior, roubo ou furto.
- c São requisitos essenciais do testamento particular: que seja escrito e assinado pelo testador; que nele intervenham cinco testemunhas, além do testador; que seja lido perante as testemunhas, e, depois de lido, por elas assinado.
- d Podem ser testemunhas em testamentos os descendentes do herdeiro instituído.

1. Escolha a opção **certa**:

- a A jurisdição civil, contenciosa e voluntária, é exercida pelos juízes e árbitros que compõem os juzados arbitrais, em todo território nacional, em conformidade com as disposições do Código de Processo Civil.

- b Pelo princípio dispositivo, segundo o qual nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado requerer, é defeso ao Judiciário apreciar, de ofício, os requisitos da tutela jurisdicional, pressupostos processuais e condições da ação.
- c Em juízo, a massa falida se faz representar pelo sócio majoritário ou na forma que o estatuto ou contrato social designar.
- d Admite-se ação declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação a direito.

1. Sublinhe a opção **errada**:

- a O adquirente ou o cessionário não poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante, ou o cedente, sem que consinta a parte contrária.
- b A assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus de jurisdição, mas o assistente recebe o processo no estado em que se encontra.
- c A denunciação da lide é obrigatória: ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta; ao proprietário ou possuidor indireto, quando, por força de obrigação ou direito, em caso como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada; àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.
- d É admissível o chamamento ao processo: do devedor, na ação em que o fiador for réu; dos outros fiadores, quando para a ação for citado apenas um deles; de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de algum deles, parcial ou totalmente, a dívida comum; do proprietário ou possuidor, quando aquele que detiver a coisa em nome alheio for demandado em nome próprio.

1. Destaque a resposta **certa**:

- a A competência em razão do valor e do território poderá modificar-se pela conexão (quando há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma ação, por ser mais amplo, abrange o da outra) ou continência (quando for comum o objeto ou a causa de pedir entre duas ou mais ações).
- b A incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção, sob pena de ser prorrogada.
- c Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.
- d Por se tratar de competência relativa, o foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.

1. Escolha a assertiva **errada**:

- a Os atos dos juízes consistem em: sentença (o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, sempre decidindo o mérito da causa), decisão interlocutória (o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente) e despachos (todos os demais atos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte, a cujo respeito a lei não estabelece outra forma).
- b A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa, e,

ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

- c Extingue-se o processo sem julgamento do mérito, quando o autor desistir da ação, com o consentimento do réu, mas sem renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação.
- d Pronunciada a decadência ou a prescrição, extingue-se o processo com julgamento do mérito.

1. Escolha a resposta **correta**:

- a Conceder-se-á a antecipação de tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
- b É lícito ao réu, na própria contestação e no procedimento sumário, formular pedido em seu favor, desde que fundado nos mesmos fatos referidos na inicial.
- c Chama-se cumulação subjetiva aquela em que o autor formula, num único processo, contra o mesmo réu, vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão, sendo que os requisitos da cumulação são: que os pedidos sejam compatíveis entre si; que seja competente para conhecer deles o mesmo juízo; e que seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento.
- d A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, obsta ao prosseguimento da reconvenção.

1. Sublinhe a afirmação **verdadeira**:

- a Proposta a ação, o juiz não pode de ofício tomar em consideração fato constitutivo, modificativo ou extintivo de direito, capaz de influir no julgamento, salvo de for provocado pela parte interessada.
- b A sentença condenatória produz hipoteca judiciária: embora a condenação seja genérica; mesmo pendente arresto de bens do devedor; ainda quando o credor possa promover a execução provisória da sentença.
- c O julgamento, tomado pelo voto da maioria simples dos membros que integram o tribunal, será objeto de súmula e constituirá precedente na uniformização da jurisprudência.
- d O agravo de instrumento será dirigido ao juiz contra cuja decisão se insurge o agravante, por meio de petição, mediante os seguintes requisitos: a exposição do fato e do direito; as razões do pedido de reforma da decisão; o nome e o endereço completo dos advogados, constantes do processo.

1. Destaque a assertiva **falsa**:

- a Cabem embargos infringentes quando não for unânime o julgado proferido em apelação e ação rescisória.
- b A execução por quantia certa tem por objeto expropriar bens do devedor, a fim de satisfazer o direito do credor, com a característica de que a expropriação consiste: na alienação de bens do devedor; na adjudicação em favor do credor; e no usufruto de imóvel ou de empresa.
- c Podem ser penhorados, à falta de outros bens: os frutos e os rendimentos dos bens

inalienáveis, salvo se destinados a alimentos de incapazes, bem como de mulher viúva, solteira, separada judicialmente, ou de pessoa idosas; bem como as imagens e os objetos do culto religioso, sendo de grande valor.

- d Na execução de sentença ou de decisão, que fixa os alimentos provisionais, o juiz mandará citar o devedor para, em 24 (vinte e quatro) horas, efetuar o pagamento, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo.

1. Escolha a opção **correta**:

- a Na execução de sentença, proferida em ação fundada em direito real, ou em direito pessoal sobre a coisa, é lícito ao devedor deduzir também embargos de retenção por benfeitorias, obrigando-se o devedor a especificar, sob pena de não serem recebidos: as benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias; o estado anterior e atual da coisa; o custo das benfeitorias e o seu valor atual; e a valorização da coisa, decorrente das benfeitorias.
- b Cessa a eficácia da medida cautelar: se a parte não intentar a ação no prazo de trinta dias, contados da data da intimação da efetivação da medida cautelar; se não for executada dentro de trinta dias, a contar da sua efetivação; e se o juiz declarar extinto o processo com ou sem julgamento do mérito.
- c O juiz, a requerimento da parte, pode decretar o arresto de bens móveis, semoventes ou imóveis, quando lhes for disputada a propriedade ou a posse, havendo fundado receio de rixas ou danificações.
- d Antes da partilha, não poderão os credores do espólio requerer ao juízo do inventário o pagamento das dívidas vencidas e exigíveis.

1. Sublinhe a resposta **certa**:

- a O recurso extraordinário, ou o recurso especial, quando interpostos contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, cautelar, ou de embargos à execução, ficará retido nos autos e somente será processado se o reiterar a parte, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contra-razões.
- b O recurso extraordinário será recebido no efeito devolutivo; o recurso especial, no efeito suspensivo.
- c Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, em face à decisão denegatória no tribunal de origem, caberá agravo de instrumento no prazo de cinco dias, para o Supremo Tribunal Federal ou para o Superior Tribunal de Justiça, conforme a hipótese.
- d O relator para o qual for distribuído o agravo de instrumento não poderá, ainda que o acórdão recorrido esteja em confronto com a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, conhecer do agravo para dar provimento ao próprio recurso especial.

1. Ressalte a opção **correta**:

- a Entre a data da publicação da pauta e a sessão de julgamento mediará o espaço mínimo de setenta e duas horas, sob pena de nulidade do julgamento.
- b Para preservar a competência do Superior Tribunal de Justiça ou garantir a autoridade das suas decisões, caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público, dirigida ao Presidente da corte, mediante a qual o Tribunal, julgando-a procedente, cassará a decisão exorbitante de seu julgado ou determinará medida adequada à

- preservação de sua competência.
- c No aviamento do recurso especial, compete ao recorrente a exposição do fato e do direito, a demonstração do cabimento do recurso interposto, as razões do pedido de reforma da decisão recorrida, bastando, na hipótese de fundar-se em dissídio jurisprudencial, fazer prova da divergência mediante certidão.
 - d Na sessão de julgamento, depois de feita a exposição da causa pelo relator, o presidente, se o recurso não for de embargos declaratórios ou de agravo de instrumento, dará a palavra, sucessivamente, ao recorrente e ao recorrido, pelo prazo improrrogável de dez minutos, para cada um, a fim de sustentarem as razões do recurso.

DIREITO PENAL/ PROCESSUAL PENAL

Assinale a opção **correta**:

- 1. Advogado, após entendimento com seu cliente, preso por condenação em regular processo, deixa seu carro estacionado e com chaves na ignição próximo à carceragem, de modo a permitir a fuga do interno:
 - (a) o advogado será autor do crime de fuga de pessoa presa;
 - (b) o fato só será típico, se o interno usar de violência para conseguir seu intento de se evadir; neste caso será o advogado co-autor de crime previsto no CP;
 - (c) o fato é atípico, pois fugir é um direito do preso e não comete crime quem concorre para que outrem exercite um direito;
 - (d) fato é típico e punível, se cometido por quem não seja advogado do interno; quanto ao advogado, no entanto, o fato não é punível em razão da dirimente do patrocínio fiel;
- 1. Mulher que, durante cerimônia de enterro de seu marido vilipendia o cadáver, cuspiendo-lhe:
 - (a) comete o crime de vilipêndio a cadáver, agravado porque cometido contra cônjuge;
 - (b) comete o crime de injúria contra os descendentes do marido, e na falta deles, contra os ascendentes, pois cadáver não mais pode ser sujeito passivo de crime;
 - (c) não comete crime; em sendo o cadáver coisa, podem a mulher e descendentes dele dispor livremente, a exemplo de doar para estudos ou para transplante de órgãos; cuspir-lhe nos restos ou cinzas é apenas o mau uso do direito de propriedade e, por isso, socialmente reprovável.
 - (d) É crime de ação pública; qualquer pessoa pode noticiá-lo à autoridade.
- 1. Para os que defendem poder pessoa do sexo masculino ser condenada por crime cometido sob influência de estado puerperal, fenômeno próprio e peculiar a mulheres, a justificação será:
 - (a) Eis que homem e mulher concorrem para o fenômeno do puerpério, seria injusto considerar a agravante em relação à mulher e dela isentar o homem co-autor;
 - (b) porque, em sendo o estado puerperal uma circunstância elementar de crime, comunica-se ao co-autor;
 - (c) porque, em sendo o estado puerperal uma circunstância pessoal de um dos agentes do crime, comunica-se obrigatoriamente ao co-autor;
 - (d) se o co-autor for pai do neonato, e só assim, a circunstância se comunica dadas as regras que informam o crime próprio.

1. A teoria da *actio libera in causa* é tema que interessa ao regime:

- (a) do habeas corpus porque diz com a liberdade das pessoas;
- (b) da excludente do exercício regular de direito;
- (c) da imputabilidade penal;
- (d) da liberdade provisória.

1. O crime hediondo:

- (a) implica obrigatoriamente a prisão preventiva do agente;
- (b) seu regime legal não contempla o homicídio simples (art. 121, CP)
- (c) condenado por sua prática tem direito à progressão de regime prisional;
- (d) ao condenado por sua prática não é vedado recorrer em liberdade.

1. Sob jocosa provocação de Tício, Caio excede-se em velocidade, desapercibendo-se dos cuidados objetivos necessários à condução de veículos, atropela e mata o setuagenário Severino:

- (a) crime é agravado em relação ao motorista Caio, eis que a circunstância de ser cometido contra criança, velho ou enfermo é agravante legal;
- (b) crime é agravado em relação a ambos, dado o princípio da unidade do crime, que rege a co-autoria;
- (c) Tício não terá a pena agravada pela aludida circunstância, pois sua conduta se insere na espécie “participação de menor importância”;
- (d) Ora, a circunstância é despicienda em relação a Caio.

1. A expressão *clamor público* está expressa em texto legal como:

- (a) impeditiva de o réu apelar em liberdade;
- (b) impeditiva de concessão de liberdade provisória por relaxamento de prisão preventiva na fase instrutória;
- (c) impeditiva de concessão de fiança;
- (d) impositiva de decretação de prisão por ocasião de sentença de pronúncia ;

1. Condenado por infração penal de menor potencial ofensivo exclusivamente à pena de multa em procedimento sumaríssimo previsto na Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, omitiu-se o réu em cumprir a pena, apesar de a sentença haver transitado em julgado, ter ele sido repetidamente intimado a fazê-lo e ser solvente; daí:

- (a) condenado poderá ser preso, pois a multa pode se converter em pena privativa de liberdade;
- (b) Cabe à Fazenda Pública tomar providências legais para haver o pagamento; somente se frustradas as providências, haverá a mencionada conversão;
- (c) Impossível legalmente a conversão; a multa será considerada dívida de valor e deverá ser inscrita na Dívida Ativa da Fazenda Pública;
- (d) A circunstância do não pagamento constará dos registros criminais do condenado e constituirá antecedente criminal.

1. Policiais militares que, em serviço, cometeram crime de abuso de autoridade contra civis, em concurso com crimes militares:

- (a) serão julgados por órgão de jurisdição especial militar (Vara da Auditoria Militar no DF) em relação aos crimes militares e por vara da justiça comum no que toca ao abuso de autoridade;
- (b) porque praticados em serviço, todos os crimes são de competência da vara especializada militar;
- (c) será competente o órgão de jurisdição especializada ou o da comum a que couber apreciar e julgar o crime mais grave;
- (d) estará prevento o órgão jurisdicional, vara especializada militar ou vara comum, que primeiro tomar conhecimento do inquérito policial ou nele praticar algum ato, pois aí há a concorrência de competência.

1. Em sendo o Ministério Público o *dominus litis*, se o promotor, diante de crime de ação pública apurado em inquérito concluído, retarda o oferecimento da denúncia, rompendo os prazos previstos:

- (a) no estado democrático de direito, o MP fiscaliza a lei, a conduta administrativa das autoridades e a polícia; não pode seu promotor ser fiscalizado sem prejuízo de sua independência funcional;
- (b) diante da desídia do promotor em oferecer a denúncia, há um controle externo de sua atividade, podendo o ofendido ou quem tenha qualidade para representá-lo substituir-se ao promotor e apresentar petição inicial criminal substitutiva da denúncia;
- (c) manda o princípio constitucional da moralidade que qualquer do povo substitua - se ao promotor desidioso e ofereça a petição inicial criminal; o controle é difuso no estado democrático de direito.
- (d) não está sujeito a qualquer controle no que diz respeito a prazo para o oferecimento da denúncia, eis que não há estabelecida cominação de sanção para a inobservância de eventual prazo ;

1. Para a interposição de recurso extraordinário criminal, o prazo será:

- (a) de 30 dias, em atenção ao privilégio do dobro, se o recorrente for o Ministério Público ou a Defensoria Pública;
- (b) de 15 dias, independentemente da qualidade do recorrente;
- (c) de 10 dias é a regra geral para tal recurso;
- (d) de 05 dias para interpor o recurso e de 08 para arrazoar.

1. Eventual *habeas corpus* contra constrangimento ilegal ao direito de ir e vir do indivíduo oriundo de decisão de turma recursal do Juizado Especial criminal da justiça estadual será impetrado:

- (a) perante a própria turma recursal;
- (b) perante o tribunal de justiça do respectivo estado da federação sede da turma recursal;
- (c) perante o Superior Tribunal de Justiça;
- (d) perante o Supremo Tribunal Federal;

1. Circunstância agravante. Julgamento pelo tribunal do júri. Quesitação da circunstância aos jurados, segundo o CPP.

- (a) só é possível se o réu houver, durante a instrução em 1º grau, se defendido da dita circunstância e que ela conste da pronúncia e do libelo, em homenagem expressa ao princípio da ampla defesa;
- (b) basta que a circunstância conste implicitamente da pronúncia, ainda que dela o libelo seja carente;
- (c) só pode haver quesitação da agravante, se ela constar do libelo acusatório;
- (d) pode haver quesitação a requerimento do acusador, se o conhecimento da agravante resultar apenas dos debates no júri, ainda que não seja ela nem expressa nem implícita na denúncia, na pronúncia ou no libelo.

1. A sentença que concede perdão judicial, previsto no Código Penal:

- (a) pode constituir antecedente para fins de reincidência, pois nela há um resíduo de natureza condenatória, gerando algumas conseqüências próprias a essa natureza;
- (b) tem efeito meramente declaratório, não influenciando no status libertatis do agraciado em momento algum;
- (c) não implica reincidência, mas, de natureza constitutiva, pode ser considerada antecedente penal do agraciado;
- (d) algumas circunstâncias de fato vindas ao processo tornam o perdão líquido direito do réu obrigando o juiz a concedê-lo; daí ser ela de natureza mandamental.

1. Estelionato. Cheque sem provisão de fundos. Pagamento marcado em praça diversa (Campinas- SP) daquela da emissão (Itu-SP). Ao se ver pressionado, em seu domicílio (Fortaleza-Ce) para honrar o cheque recusado, o emitente praticou homicídio doloso contra a pessoa do tomador.

- (a) a sentença proferida contra o emitente (sacador) no foro da emissão do cheque seria válida, pois a competência do juízo decorreria do lugar da infração;
- (b) a sentença proferida contra o emitente no foro da recusa padece de nulidade por incompetência absoluta do juízo, eis que nada há que determine sua competência;
- (c) eventual sentença que defina o estelionato, proferida pelo tribunal do júri no foro do domicílio do réu, será válida se existirem circunstâncias que permitam incidir o fenômeno da prorrogatio fori;
- (d) a sentença proferida no foro do tomador, em razão de privilégio conferido por lei a vítimas e lesados, não poderá ser acoimada de nula em razão da incompetência do julgador;

1. Ao tratar do regime de determinado crime, diz o Código Penal que a pena aumenta de um terço até metade “se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade”; o dispositivo contempla:

- (a) qualificadora do crime de constrangimento ilegal;
- (b) qualificadora do crime de roubo;
- (c) causa de especial aumento de pena do crime de seqüestro;
- (d) causa de aumento de pena do crime de roubo simples.

1. Para fixar a pena de crime em cujo cálculo haverá parcela referente à reincidência:
 - (a) o juiz atenderá às circunstâncias judiciais, compreendidos aí os antecedentes do réu e a reincidência; a seguir, às agravantes e atenuantes, fixando a pena-base; por fim, fará incidir o cálculo pertinente às qualificadoras, se houver;
 - (b) o juiz atenderá às circunstâncias judiciais, fixando a pena-base dentro os limites cominados para a forma simples do crime ou para a qualificada, conforme a hipótese; a seguir considerará as circunstâncias legais; por fim, fará incidir o cálculo pertinente às causas de especial aumento ou diminuição da pena;
 - (c) o juiz atenderá a circunstâncias agravantes e atenuantes previstas em lei; em segunda etapa, sopesará, segundo critérios próprios, as judiciais, compreendidos aí os antecedentes, fixando a pena-base; a seguir define a pena, fazendo incidir a quantidade pertinente à especial causa de aumento da reincidência.
 - (d) o juiz atendendo às circunstâncias judiciais e legais, inclusivamente aí a reincidência, fixará a pena-base; a seguir, define a pena com o cálculo das causas de especial aumento e diminuição;

1. É de expressa competência da justiça brasileira, ainda quando cometido no estrangeiro, processar e julgar cidadão nacional ou estrangeiro que:
 - (a) praticar roubo de veículo automotor a brasileiro;
 - (b) praticar receptação qualificada de veículo automotor brasileiro;
 - (c) praticar o crime de tortura contra cidadão brasileiro;
 - (d) praticar o crime de seqüestro qualificado contra brasileiro;

1. Após lavrar sentença condenatória, o juiz passou-a às mãos do escrivão para as providências cabíveis; o advogado que se encontrava em cartório no momento em que ela é recebida, da sentença obteve cópia; posteriormente e no mesmo turno de expediente, o juiz acresce à sentença circunstância que não tinha considerado:
 - (a) se o acréscimo foi a favor do réu será válido, eis que o direito penal admite a retroatividade que beneficia e o acréscimo retroage;
 - (b) contra ou a favor não se admite o acréscimo, pois, no caso, a lei considera que a sentença foi publicada;
 - (c) até a intimação da sentença ao réu ou seu defensor por meio de órgão da imprensa oficial (Diário da Justiça), a sentença não se considera publicada, podendo sofrer alteração ainda que contra o réu;
 - (d) a sentença só começa a existir legalmente depois de juntada aos autos; até então, pode ser modificada.

1. A decisão criminal definitiva, quando manca ou obscura:
 - (a) pode ser objeto de pedido de esclarecimento em 02 dias, quer seja acórdão, quer sentença de primeiro grau;
 - (b) só pode ser objeto de pedido de esclarecimento, se se tratar de acórdão e o prazo para a interposição é de 05 dias;

- (c) se se tratar de sentença de primeiro grau e o defeito não se inserir em questão de mérito propriamente dito, cabe recurso em sentido estrito, que possibilita ao juiz o reexame da questão, no prazo de 05 dias;
- (d) em qualquer caso, sentença ou acórdão, só resta ao interessado valer-se de habeas corpus

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO

1. O contrato de trabalho configura-se caracterizado com a presença cumulativa dos seguintes requisitos:

- (a) subordinação, personalidade, eventualidade e onerosidade.
- (b) obediência, responsabilidade, continuidade e salário.
- (c) subordinação, pessoalidade, não eventualidade e onerosidade.
- (d) dependência, produtividade, assiduidade e salário.

1. O empregado é considerado maior, para efeitos do Direito do Trabalho, com:

- (a) 21 anos.
- (b) 18 anos.
- (c) 16 anos.
- (d) 14 anos.

1. Quando o salário do empregado for pago por percentagem, comissão ou viagem, suas férias serão pagas:

- (a) apurando-se a média recebida nos 03 (três) meses que precederem a concessão das férias, com acréscimo de 1/3 (um terço).
- (b) apurando-se a média recebida nos 06 (seis) meses que precederem a concessão das férias, sem acréscimo de 1/3 (um terço).
- (c) apurando-se a média recebida nos 12 (doze) meses que precederem a concessão das férias, com acréscimo de 1/3 (um terço).
- (d) apurando-se a média recebida nos 18 (dezoito) meses que constituíram o período aquisitivo do direito às férias, sem acréscimo de 1/3 (um terço).

1. Afastada a hipótese de Embargos Declaratórios, bem como não se tratando de matéria sumulada ou em consonância com jurisprudência pacífica, qual o recurso cabível em face de Acórdão proferido por uma Turma de Tribunal Regional do Trabalho, cuja decisão tenha sido tomada pela maioria dos seus integrantes:

- (a) Recurso de Revista para o Plenário do Tribunal Regional do Trabalho, no prazo de 08 (oito) dias, cujo primeiro juízo de admissibilidade será exercido pelo Presidente da mesma Turma julgadora.
- (b) Embargos Infringentes para o Plenário do Tribunal Regional do Trabalho, no prazo de 08 (oito) dias, cujo primeiro juízo de admissibilidade será exercido pelo Presidente da mesma Turma julgadora.
- (c) Embargos Infringentes para o Plenário do Tribunal Regional do Trabalho, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo primeiro juízo de admissibilidade será exercido pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.

(d) Recurso de Revista para uma das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 08 (oito) dias, cujo primeiro juízo de admissibilidade será exercido pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.

1. Afastada a hipótese de Embargos Declaratórios, bem como não se tratando de matéria sumulada ou em consonância com jurisprudência pacífica, qual o recurso cabível em face de Acórdão proferido pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, cuja decisão tenha sido tomada pela maioria dos seus integrantes:

(a) Recurso Ordinário para uma das Turmas do Supremo Tribunal Federal, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo primeiro juízo de admissibilidade será exercido pelo Presidente da mesma Seção julgadora.

(b) Embargos Infringentes para o Plenário do Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 08 (oito) dias, cujo primeiro juízo de admissibilidade será exercido pelo Presidente da mesma Seção julgadora.

(c) Embargos Infringentes para a mesma Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 08 (oito) dias, cujo primeiro juízo de admissibilidade será exercido pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

(d) Recurso Extraordinário para uma das Turmas do Supremo Tribunal Federal, no prazo de 08 (oito) dias, cujo primeiro juízo de admissibilidade será exercido pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

1. As decisões interlocutórias, que não sejam terminativas do feito, proferidas na fase de conhecimento por um Juiz do Trabalho em primeira instância, como, por exemplo, o indeferimento da oitiva de uma testemunha, são passíveis de qual recurso:

(a) Agravo de Instrumento ou Agravo Retido.

(b) Somente Agravo de Instrumento, posto que o Agravo Retido é incabível no processo do trabalho.

(c) São obrigatoriamente recorríveis de imediato por meio de Agravo Retido.

(d) São irrecurríveis de imediato, podendo ser impugnadas quando da interposição de recurso contra a decisão definitiva, no caso, o Recurso Ordinário.

1. Na hipótese de acolhimento de Embargos Declaratórios, no processo trabalhista, que circunstância poderá ocasionar efeito modificativo do julgado:

(a) Quando o Juiz confessadamente reconhecer que errou no primeiro julgamento.

(b) Quando o Juiz reconhecer a existência de obscuridade, dúvida, contradição ou omissão na decisão embargada.

(c) Quando o Juiz reconhecer a existência de obscuridade, contradição ou omissão na decisão embargada.

(d) Somente quando o Juiz reconhecer a existência de omissão na decisão embargada.

1. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o adicional de horas extras passou a ser de, pelo menos:

(a) 25% (vinte e cinco por cento) do valor da hora normal.

(b) 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal.

(c) 100% (cem por cento) do valor da hora normal.

- (d) 150% (cento e cinquenta por cento) do valor da hora normal.
1. Entre 2 (duas) jornadas de trabalho, que não sejam em turno ininterrupto de revezamento, haverá obrigatoriamente um período mínimo de descanso de:
 - (a) 2 (duas) horas.
 - (b) 11 (onze) horas.
 - (c) 24 (vinte e quatro) horas.
 - (d) 36 (trinta e seis) horas.
 1. A duração normal da jornada de trabalho dos bancários, que não exercem cargos de confiança, direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes, é de:
 - (a) 4 (quatro) horas.
 - (b) 6 (seis) horas.
 - (c) 8 (oito) horas.
 - (d) 10 (dez) horas.
 1. O contrato de experiência, sendo modalidade de contrato de trabalho por prazo determinado, admite a vigência máxima de:
 - (a) 2 (dois) anos.
 - (b) 60 (sessenta) dias.
 - (c) 90 (noventa) dias.
 - (d) 180 (cento e oitenta) dias.
 1. Qual das parcelas abaixo não integra o salário, não refletindo, portanto, de base de cálculo das férias, 13º salário e FGTS:
 - (a) Gorjetas dada espontaneamente pelos clientes diretamente ao empregado.
 - (b) Comissões recebidas pelo empregado proporcionais às vendas que realizou.
 - (c) Diárias para viagem que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado.
 - (d) Parcelas *in natura* fornecidas habitualmente ao empregado, tais como alimentação, habitação e vestuário.
 1. A alteração das condições do contrato de trabalho é considerada lícita quando:
 - (a) Há mútuo consentimento, desde que não haja prejuízo direto ou indireto ao empregado.
 - (b) Mesmo não havendo mútuo consentimento, desde que não haja prejuízo direto ou indireto ao empregado.
 - (c) Há mútuo consentimento, desde que o empregado possa suportar eventual prejuízo dela decorrente.
 - (d) Mesmo não havendo mútuo consentimento, desde que o empregado possa suportar eventual prejuízo dela decorrente.
 1. Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, sem justa causa, por iniciativa do empregado que tenha menos de um ano de casa, ele fará jus ao recebimento de quais parcelas por ocasião do pagamento das suas verbas rescisórias:
 - (a) Dias trabalhados e ainda não pagos, aviso prévio indenizado equivalente ao valor da

- maior remuneração recebida, férias proporcionais aos meses trabalhados, 13º proporcional aos meses trabalhados, liberação do FGTS e multa de 40% do seu saldo;
- (b) Dias trabalhados e ainda não pagos, desconto equivalente a 30 dias de salário caso não tenha dado oportunamente o aviso prévio ao empregador, férias proporcionais aos meses trabalhados, 13º proporcional aos meses trabalhados.
 - (c) Dias trabalhados e ainda não pagos, desconto equivalente a 30 dias de salário caso não tenha dado oportunamente o aviso prévio ao empregador e 13º proporcional aos meses trabalhados.
 - (d) Dias trabalhados e ainda não pagos, desconto equivalente a 30 dias de salário caso não tenha dado oportunamente o aviso prévio ao empregador.
1. A Constituição Federal de 1988 assegurou a livre associação profissional ou sindical, adotando como princípio os seguintes critérios:
- (a) Unicidade sindical, com base territorial vinculada obrigatoriamente ao limite de um Município.
 - (b) Pluralidade sindical, com base territorial vinculada obrigatoriamente ao limite de um Município.
 - (c) Unicidade sindical, com ampla liberdade de definição da base territorial pelos trabalhadores e empregadores, desde que esta não seja inferior à área de um Município.
 - (d) Pluralidade sindical, com ampla liberdade de definição da base territorial pelos trabalhadores e empregadores.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. **Não** é correto afirmar, no tocante ao ato administrativo:
- (a) submete-se ao princípio da legalidade;
 - (b) os atributos da imperatividade e da auto-executoriedade confundem-se;
 - (c) sujeita-se ao controle judicial;
 - (d) nasce sob presunção de legalidade **juris tantum**.
67. No sistema jurídico pátrio, ocorre desapropriação pelos fundamentos abaixo, exceto:
- (a) para reforma agrária pelos Estados e pelo Distrito Federal;
 - (b) como sanção criminal;
 - (c) para fins de reforma urbana;
 - (d) para construção ou ampliação de distritos industriais.
68. À União pertencem os bens abaixo apontados, com exceção de:
- (a) jazidas em lavra;
 - (b) potenciais de energia hidráulica;
 - (c) terrenos de marinha;
 - (d) águas subterrâneas.
69. Assinale a alternativa **correta**:
- (a) é privativo da União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas direta, autárquica e fundacional da União,

- dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- (b) a União não legisla sobre licitação para as empresas públicas e sociedades de economia mista;
 - (c) o pregão é modalidade de licitação que se aplica à União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
 - (d) no pregão ocorrem nesta ordem: habilitação, propostas, homologação, adjudicação e contratação.

70. Em termos de licitação, mostra-se **incorreto** afirmar:

- (a) obras e serviços poderão ser executados sob a forma de execução indireta, por empreitada por preço unitário;
- (b) é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração, em qualquer hipótese;
- (c) é inexigível a licitação, quando houver inviabilidade de competição;
- (d) os recursos administrativos em matéria de licitação (Lei nº 8666/93, art. 109, I, **a e b**) têm efeito suspensivo. Os demais não o têm, mas a autoridade competente, motivadamente e presente o interesse público, pode atribuir-lhes efeito suspensivo.

71. No sistema jurídico, o contrato administrativo **não** se sujeita a uma das situações abaixo:

- (a) à equação econômico-financeira;
- (b) à álea econômica extraordinária;
- (c) ao poder de modificação por parte Administração;
- (d) ao direito de acréscimo de 25% da obra, a critério do contratado.

72. O motorista do Distrito Federal, dirigindo carro de uma repartição distrital, abalroou veículo particular. Nessa hipótese **não** é correto afirmar que:

- (a) o Distrito Federal responde objetivamente pelo dano causado por seu motorista;
- (b) Distrito Federal poderá, se condenado, agir regressivamente contra seu funcionário, na hipótese de dolo;
- (c) o Distrito Federal poderá, se condenado, agir regressivamente contra seu funcionário, na hipótese de culpa;
- (d) o Distrito Federal poderá, se condenado, agir regressivamente contra seu funcionário, independentemente de dolo ou culpa deste.

73. Uma das alternativas **não** está correta. Assinale-a:

- (a) o tempo de contribuição federal, estadual e municipal será computado para efeito de aposentadoria;
- (b) a lei poderá estabelecer contagem de tempo de contribuição fictício;
- (c) ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão aplica-se o regime geral de previdência social;
- (d) como condição para a aquisição da estabilidade é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

74. **Não** pode ocorrer concessão de:

- (a) obra pública já existente;
- (b) obra pública a ser construída;
- (c) serviços públicos diplomáticos;

(d) serviços públicos de transportes.

75. Quanto à importante Lei de Responsabilidade Fiscal, **não** é correta a afirmação:

- (a) obriga a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estes com mais de 50 mil habitantes;
- (b) considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado;
- (c) será incluída na dívida pública consolidada da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil;
- (d) o Distrito Federal manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

DIREITO TRIBUTÁRIO

76. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

- a operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- b transmissão causa mortis, e doação de quaisquer bens ou direitos.
- c propriedade territorial rural.
- d grandes fortunas.

76. Dos tributos abaixo, qual não obedece ao princípio da anterioridade?

- a Imposto de Renda.
- b IPTU.
- c ITBI.
- d IPI.

76. O Distrito Federal pode instituir:

- a os impostos federais e municipais.
- b os impostos federais e estaduais.
- c os impostos estaduais e municipais.
- d os impostos federais, estaduais e municipais.

76. Assinale a alternativa **verdadeira**:

- a É facultado ao Poder Executivo federal, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas do imposto de importação de produtos estrangeiros, exportação, produtos industrializados, operações de crédito, câmbio, seguros e títulos ou valores mobiliários.
- b É facultado à Câmara dos Deputados estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas do ICMS.
- c A União, os Estados e os Municípios poderão instituir impostos não previstos na Constituição Federal, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador e base de cálculo próprios dos discriminados nos dispositivos

constitucionais.

d O imposto de transmissão inter vivos é de competência dos Estados.

76. A decadência do direito de constituir o crédito tributário opera-se:

- a no prazo de cinco anos, contados do dia em que ocorreu o fato gerador.
- b no prazo de dez anos, a partir do dia em que a autoridade fiscal tomou conhecimento da ocorrência do fato gerador.
- c no prazo de dez anos, contados do dia em que se esgotou o prazo para o contribuinte recorrer da notificação de lançamento.
- d no prazo de cinco anos, a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

76. A competência residual relativa a impostos poderá ser exercida:

- a pela União e pelo Distrito Federal.
- b pelos Estados-Membros.
- c pelos Estados e Municípios.
- d somente pela União.

76. A obrigação tributária nasce:

- a com a ocorrência do fato gerador.
- b com a publicação da lei que instituiu o tributo.
- c com a definição do montante do tributo, feita pelo agente fiscal.
- d com o lançamento do tributo.

76. Dentre os institutos abaixo, qual não extingue o crédito tributário?

- a Moratória.
- b Decadência.
- c Conversão do depósito em renda.
- d Prescrição.

76. O instituto da imunidade tributária implica:

- a dispensa do cumprimento da obrigação tributária.
- b vedação ao poder de tributar.
- c desconstituição do crédito tributário.
- d obrigação de lançar mas não cobrar o tributo.

76. Para o reconhecimento do tipo de tributo é indispensável:

- a o nome legal do tributo.
- b a destinação do produto da arrecadação do tributo.
- c a identificação do fato gerador da obrigação.
- d nenhuma das respostas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

76. Tem legitimidade para propor ação declaratória de constitucionalidade:

- a a Mesa da Câmara dos Deputados;
- b partido político com representação no Congresso Nacional;
- c o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- d Governador de Estado.

76. Pode decretar intervenção federal nos Estados:

- a o Supremo Tribunal Federal;
- b Tribunal de Justiça do próprio Estado;
- c Presidente da República;
- d Congresso Nacional.

76. A Constituição Federal de 1988 não admite prisão:

- a em flagrante por crime afiançável;
- b disciplinar militar;
- c administrativa;
- d preventiva.

76. A Constituição Federal de 1988 permite que ela seja emendada, quando:

- a a emenda versar sobre abolição da forma federativa;
- b a emenda for proposta pelo Supremo Tribunal Federal;
- c estiver vigente intervenção federal em Estado;
- d a emenda for proposta por dois terços das Assembléias Legislativas dos Estados.

76. Ministro do Supremo Tribunal Federal que comete crime de responsabilidade é processado e julgado pelo:

- a Supremo Tribunal Federal;
- b Senado Federal;
- c Câmara dos Deputados;
- d Congresso Nacional (Senado e Câmara dos Deputados).

76. Presidente do Supremo Tribunal Federal não pode, em hipótese alguma, funcionar como:

- a Presidente da Câmara dos Deputados;
- b Presidente da República;

- c Presidente do Senado Federal.
- d Nenhuma das alternativas acima está correta.

76. Pode ser extraditado:

- a brasileiro nato, acusado de tráfico de entorpecentes;
- b brasileiro naturalizado, acusado da prática de tráfico de entorpecente praticado depois da naturalização;
- c estrangeiro, acusado da prática de crime de opinião;
- d brasileiro naturalizado, acusado da prática de tráfico de entorpecente praticado antes da naturalização.

76. Da competência legislativa concorrente decorre:

- a a vedação de os Estados poderem legislar, ainda que suplementarmente, sobre normas gerais;
- b a limitação da competência da União, no sentido de poder legislar, apenas, sobre normas gerais;
- c a vedação absoluta de os Estados poderem legislar sobre normas gerais.
- d Nenhuma das alternativas acima está correta.

76. Juiz de Direito, com um ano de judicatura, somente pode perder o cargo:

- a por força de decisão judicial transitada em julgado;
- b mediante deliberação do Tribunal em processo administrativo, assegurada a ampla defesa;
- c por decreto do Presidente da República.
- d Nenhuma das alternativas acima está correta.

76. Não está sujeita à sanção do Prefeito:

- a a Lei Orgânica do Município;
- b a lei que dá nome a ruas;
- c a lei que estabelece feriados municipais.
- d Nenhuma das alternativas acima está correta.

76. A criação de município depende:

- a de lei estadual, exclusivamente;
- b de prévia consulta plebiscitária às populações dos municípios limítrofes;
- c de estudos de sua viabilidade;
- d de permissão temporal prevista em lei complementar estadual.

76. Tratando-se de controle difuso, a inconstitucionalidade de lei por um tribunal:

- a pode ser declarada por qualquer de seus órgãos fracionados;
- b depende, para ser declarada, do voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal ou de seu órgão especial;
- c depende, para ser declarada, do voto de, no mínimo, dois terços dos membros do Tribunal ou de seu órgão especial;
- d Nenhuma das alternativas acima está correta.

76. O controle concentrado de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal sobre imposto territorial urbano é da competência do:
- a Supremo Tribunal Federal;
 - b Superior Tribunal de Justiça;
 - c Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios;
 - d Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
76. O Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal, Chefe do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, integrante da carreira, é nomeado pelo:
- a Colégio de Procuradores e Promotores do próprio Ministério Público;
 - b Tribunal de Justiça do Distrito Federal, mediante lista tríplice elaborada pelos membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
 - c Governador do Distrito Federal, mediante lista tríplice elaborada pelos membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
 - d Presidente da República, mediante lista tríplice elaborada pelos membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
76. Segundo a Constituição Federal de 1988 e conforme interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal:
- a pode o Distrito Federal estabelecer isenção de ICMS, incondicionalmente;
 - b não se exige do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil pertinência temática no tocante à sua legitimidade para a ação direta de inconstitucionalidade de ato normativo estadual;
 - c não se exige de associação de classe de âmbito nacional pertinência temática no tocante à sua legitimidade para a ação direta de inconstitucionalidade de lei federal;
 - d incide contribuição, para o financiamento da seguridade social, sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social.

**GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO I EXAME DE ORDEM
DE 2002**

QUESTÃO	RESPOSTA
1	D
2	A
3	C
4	D
5	ANULADA
6	B
7	A
8	B
9	C
10	C
11	C
12	D
13	D
14	ANULADA
15	A
16	D
17	D
18	D
19	C
20	C
21	D
22	ANULADA
23	C
24	A
25	B
26	B
27	D
28	A
29	A
30	B
31	A
32	D

QUESTÃO	RESPOSTA
51	C
52	B
53	C
54	D
55	ANULADA
56	D
57	ANULADA
58	B
59	B
60	B
61	C
62	ANULADA
63	A
64	C
65	C
66	B
67	A
68	D
69	A
70	B
71	D
72	D
73	B
74	C
75	A
76	B
77	D
78	C
79	A
80	D
81	D
82	A

33	B
34	C
35	D
36	D
37	C
38	C
39	A
40	B
41	ANULADA
42	D
43	D
44	B
45	C
46	D
47	B
48	C
49	B
50	A

83	A
84	B
85	C
86	A
87	C
88	C
89	D
90	B
91	A
92	D
93	B
94	B
95	A
96	C
97	B
98	C
99	D
100	B